

Emancipação ()*

Com origem no étimo latino “*e(x)-manu-capere*”, i.e. “deixar de ter na mão” ou “abrir mão”, a ideia de emancipação adquire lastro no direito romano sob o signo jurídico da validação do acto de tornar livre alguém, abrindo-lhe a possibilidade de se autodeterminar de acordo com as próprias capacidades e arbítrio. Por emancipação entende-se, pois, o processo pelo qual um sujeito se apropria de um evento libertador – quer dele tomando posse “para-si-mesmo” quer interiorizando-o como “próprio-de-si” –, em contraposição a um poder ordenador, direccionante, referencial ou tutelar, enquanto percebido como prepotente, subjugante, dominante ou coercivo. Nesse sentido, qualquer acto emancipatório tende a corresponder à dúlice expectativa tanto de uma superação (retrospectiva) de “velhas referências em decadência”, como de uma instauração (prospectiva) de “novos valores em ascensão”, independentemente do horizonte histórico-cultural ou do ecossistema jurídico-político e sócio-económico em que as suas narrativas de legitimação se polarizam e projectam. A esse ambivalente desígnio não terá sido alheio o esforço auto-interpretativo da uma certa Modernidade de

* AMARAL António, «Emancipação», in *Dicionário Global da Espiritualidade e da Mística*, dir. Eduardo Franco e Eugénia Abrantes, Instituto de Estudos Avançados em Catolicismo e Globalização (IEAC-GO) e CLEPUL – Universidade de Lisboa, em parceria com a Conferência Episcopal Portuguesa (CEP); Lisboa: 2025 [versão online ISBN 978-989-9012-99-8]

matriz iluminista que concebe a emancipação – desde o kantiano apelo à ousadia de pensar pela própria cabeça até ao repto marxista à evasão de um estado alienado – como término de uma dependência infantil, i.e. a saída da menoridade (melhor se diria ainda de uma menorização), face a uma autoridade em cuja imagem se projectam representações que mimeticamente se gradualizam desde a ideia de superioridade paternal até à de supremacia divina, passando pela de soberania política, primazia clerical, preponderância magisterial, patronal, etc. Por muito, todavia, que a ideia de emancipação encontre a sua expressão conceptual mais densa na história das ideias, no pensamento filosófico (político e social), na sociologia e na teoria social, a sua amplitude semântica não se pode esvaír por entre os dedos de um único manuseamento interpretativo. A hodierna emergência de “novas dominações”, de “novas precaridades” e de “novos direitos”, cujo lance emancipatório reivindica a urgência social, económica e política de “novos pactos de confiança” sob o signo de uma ecologia humana integral, i.e. plural, participativa e inclusiva, longe de subestimar ou marginalizar a dimensão religiosa, convoca e compromete a sua irreduzível presença. Não faltam, com efeito, na longa tradição da vida consagrada, notáveis exemplos daquela conversão espiritual que opera uma “emancipatória” libertação da “ideia” de Deus, como preludial condição de um livre e liberto abandono à acção d’ Ele mesmo.

Bibliografia

AAVV, «Pour une (re)définition du concept d'Émancipation», in *Les carnets d'EFMR*, Séminaire interdisciplinaire organisé par l'université de Bologne et l'université Paris-Diderot, 2015; ADORNO Theodor, *Educación para la emancipación [Erziehung zur Mündigkeit: Vorträge und Gespräche mit Hellmut Becker 1959–69]*, trad. J. Muñoz, Madrid: Ediciones Morata, 1998; BARATA André et al. (org.), *Emancipação. O futuro de uma ideia política*, Lisboa: Documenta, 2018; CAILLÉ Alain – CHANIAL Philippe – TARRAGONI Federico, «S'émanciper, oui, mais de quoi?», in *Revue du MAUSS* 2016/2 (2016) 48, 5-28; KANT Immanuel, «Resposta à pergunta: Que é o Iluminismo? [Was ist Aufklärung?, 1784]», in *Idem, A paz perpétua e outros opúsculos*, trad. A. Morão, Lisboa: Edições 70, 2008; LACLAU Ernesto, *Emancipation(s)*, London: Verso, 1996; MARX Karl, *Sobre a questão judaica [Zur Judenfrage, 1843]*, trad. N. Schneider, D. Bensaid e W.. Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2010; MÜNSTER Arno, *Emancipation (de Marx à Marcuse). Histoire et actualité d'un concept*, Paris: L'Harmattan, 2020; RANCIÈRE Jacques, *Le spectateur émancipé*, Paris: La Fabrique, 2008.